

NR 4

EM BUSCA DO EQUILÍBRIO

O controle das condições ambientais propiciando a redução dos riscos presentes na execução das atividades laborais não se restringe, em absoluto, ao levantamento quantitativo ou avaliação qualitativa dos agentes agressivos. Esse controle baseia-se muito mais na interpretação das condições em que cada um desses agentes interage com o trabalhador, alcançada em conjunto pelo próprio interessado e os especialistas que vivenciam seu dia a dia no chão da fábrica.

Reconhecemos que as técnicas utilizadas na aferição das substâncias agressivas e poluentes nos locais de trabalho vêm evoluindo de forma pronunciada, assim como se aperfeiçoam os índices que correspondem às concentrações aceitáveis ao organismo humano, as quais, pela busca incessante de parâmetros seguros, vêm sendo modificadas e reduzidas (na maior parte das vezes).

Essas pesquisas, conduzidas em laboratórios e centros técnicos dos países mais desenvolvidos e empenhados em alcançar níveis de otimização das condições de trabalho, representam investimentos financeiros de monta, tanto no que tange ao pessoal altamente especializado dedicado a essas tarefas, como no que se refere ao custo, cada vez maior, que os equipamentos representam.

Por essas razões, entende-se que mesmo empresas de padrão econômico elevado possam não dispor de equipamentos e aparelhos laboratoriais específicos, fazendo-se necessária a contratação de terceiros para coleta de amostras de agressivos químicos ou determinação de intensidade de agentes físicos nos ambientes de trabalho, bem como das conseqüentes tarefas laboratoriais indispensáveis à quantificação desses agentes.

Porém, mesmo considerando a importância desses dados e informações, são eles apenas subsídios para o diagnóstico técnico das condições de trabalho, eis que esse decorre, fundamentalmente, da interação dos trabalhadores com os profissionais especializados, os primeiros estribados nas experiências do dia a dia e os segundos embasados em seus conhecimentos técnicos.

Para que haja essa interação, imperiosa se faz a convivência rotineira entre o profissional especializado e o trabalhador no local de trabalho, vivenciando juntos cada problema do ambiente laboral.

Num Serviço terceirizado, com visitas intermitentes ou inspeções pontuais à organização, jamais será possível alcançar-se essa interação, tão necessária ao reconhecimento dos possíveis problemas antes mesmo que suas conseqüências se façam sentir.

Portanto, o apoio externo terceirizado às atividades de segurança ou de saúde pode, no máximo, caracterizar-se como auditorias para garantir que a rotina interna da organização não se tenha equivocado na análise dos problemas ou como

fornecedores de subsídios técnicos de levantamento de dados no campo e do conseqüente apoio laboratorial.

As atividades relacionadas com a segurança e saúde do trabalhador , principalmente as que dizem respeito à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, não podem ser encaradas unicamente pelo seu lado comercial, nem mesmo puramente técnico.

Elas devem ser entendidas como algo transcendental, de doação, em que os profissionais envolvidos encarem suas atuações como um processo de envolvimento emocional, quase sacerdotal, em benefício do homem.

A remuneração é, sem dúvida importante, eis que imprescindível à sobrevivência, mas, acima de tudo, é essencial que a satisfação pessoal do profissional esteja presente e vibrante face ao papel desempenhado em sua relação com a sociedade.

Pelo já comentado, depreende-se o **equivoco da tentativa de substituição dos Serviços Especializados próprios** (no caso Serviços de Engenharia de Segurança e de Medicina do trabalho) , com toda a gama de envolvimento entre os profissionais especializados e os locais de trabalho por **Serviços terceirizados**, distantes física e emocionalmente da realidade cotidiana dos trabalhadores e, sem qualquer conhecimento das relações e experiências existentes nos estabelecimentos em função de sua presença intermitente nos mesmos , transformando cada João ou Manoel em apenas um número em seus relatórios.

As relações que os profissionais de segurança e saúde alimentam com os trabalhadores de suas empresas dependem do conhecimento , o mais amplo possível, das experiências vividas em conjunto , das dificuldades encontradas na análise de cada problema e nas alegrias decorrentes das respectivas soluções.

É notório que, no atual contexto, para grande parte das empresas (a maioria de pequeno porte) é impraticável a manutenção de Serviços próprios. Esses casos precisam de soluções que atendam ao papel social que cumpre, de um lado ao Poder Público e, de outro, às associações de classe – tanto empresariais, como de trabalhadores, representar.

Em se tratando de condições de segurança e saúde, é essencial o comprometimento conjunto das duas vertentes sociais: capital e trabalho.

A eles há que aliar-se o Poder Público, criando regras compatíveis com a garantia da integridade física do trabalhador e a viabilidade financeira das empresas.

O inimaginável é que, pelo fato de que o atual contexto não atende a todas as empresas, adote-se solução simplista, qual seja a de desmontar uma estrutura que, se não é a ideal, é a melhor possível no que se refere ao atendimento aos objetivos prevencionistas .

Se existem segmentos empresariais que não se encontram contemplados na atual legislação e que, portanto , não dispõem de Serviços próprios, poder-se-iam admitir para estes , Serviços de caráter **multi-empresarial**, organizados por áreas geográficas e/ou atividades congêneres, constituídos por profissionais vinculados a esses

segmentos ou a associações que os articule , garantindo a integração dos profissionais com os trabalhadores, única forma lógica para o sucesso da prevenção de acidentes.

Aqueles segmentos, no entanto, que por força da legislação vigente , já possuem Serviços próprios em função do grau de risco e do número de trabalhadores, devem ser mantidos assim como se encontram, face aos resultados positivos já alcançados.

A nosso ver, solução a seguir indicada representa o equilíbrio entre o real e o ideal:
“Ampliar o atendimento às áreas ainda não atingidas sem afetar aquelas onde o atendimento já vem sendo adequadamente feito.”